



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638451 - SC (2021/0000875-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ALTAMIR FRANCA
ADVOGADO : ALTAMIR FRANÇA - SC021986
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : PEDRO HENRIQUE ZAUPA SILVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PEDRO HENRIQUE ZAUPA SILVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5047209-36.2020.8.24.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em 28/12/2020.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, em virtude da segregação do paciente em regime semiaberto, aduzindo que ocorreu a prescrição da pretensão executória da pena do apenado, sendo cabível a declaração da extinção da punibilidade do réu e a sua colocação em liberdade.

Assevera que a prescrição executória começa a fluir com o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação, nos termos do art. 112, inciso I, do Código Penal.

Destaca que o reconhecimento da falta grave pelo descumprimento da pena restritiva de direitos e a consequente regressão para o regime intermediário foi sem a prévia realização do procedimento administrativo disciplinar.

Consigna que houve flagrante *bis in idem*, pois, em razão de um único fato - descumprimento injustificado da sanção -, foi convertida a reprimenda em privativa de liberdade e determinada a regressão de regime prisional do paciente.

Defende a aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, com a finalidade de deferir a prisão domiciliar ao preso no regime semiaberto.

Requer, liminarmente, que seja determinada a análise do mérito da impetração originária, para que seja reconhecida a prescrição da pretensão executória da pena, bem como para que o paciente seja colocado em liberdade ou para que seja reconhecida a ilegalidade da falta grave e da regressão ou, ainda, o deferimento da prisão domiciliar ao

apenado. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente